



O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DO FNE NA BAHIA

Elmer Nascimento Matos
Universidade Federal Do Sergipe

Wesley Santos
Universidade Federal Do Sergipe

Resumo

O presente trabalho analisa o papel do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste como principal instrumento de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, centrando a análise para o estado da Bahia, no período entre 1989-2010. Objetiva nesse sentido verificar se a alocação espacial e setorial dos investimentos tem contribuído para uma melhor distribuição geográfica da atividade econômica rumo à desconcentração produtiva regional. O trabalho inicialmente apresenta os fundamentos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, com seus objetivos, diretrizes, recursos e administração. Em seguida, será apresentado e discutido o papel do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e seus desdobramentos sobre a economia do estado da Bahia.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional, Fundo Constitucional de Financiamento, Bahia.



Abstract: This paper examines the role of the Constitutional Fund for Financing the Northeast as the main financing instrument of the National Policy for Regional Development, focusing the analysis for the state of Bahia, between 1989-2010. Objective accordingly check whether the spatial and sectoral allocation of investment has contributed to a better geographical distribution of economic activity towards regional devolution productive. The work initially presents the fundamentals of Constitutional Financing Funds, with their goals, guidelines, resources and administration. It will then be presented and discussed the role of the Constitutional Fund for Financing the Northeast and its consequences on the Bahia state's economy.

Keywords: Regional Development, Constitutional Fund for Financing, Bahia.

1. Introdução

É notório que a forma como aconteceu a integração econômica entre as diversas regiões brasileiras e o centro da dinâmica industrial fez com que se tornassem mais evidentes os desequilíbrios inter-regionais. Entretanto, mesmo diante de uma maior concentração das atividades produtivas no centro dinâmico, as outras regiões foram alcançadas pelo espraiamento de suas atividades, de maneira que não ficaram estagnadas, pelo menos no período que compreende desde os anos 30 até os anos 70, quando se apresentaram altas de crescimento. Por outro lado, com a criação do Plano de Metas (1956-1961) e seus investimentos, há um crescimento mais acelerado da cidade de São Paulo (centro dinâmico) ocorrendo uma maior concentração de atividades em seu território, sobretudo, em torno da chamada indústria pesada (MATOS e MACÊDO, 2008).

A partir dessas circunstâncias, cresce a necessidade de uma melhor articulação entre as demais regiões e esse estado que se consolida como polo dinâmico. Segundo Galvão e Vasconcelos (1999, p. 8), As regiões periféricas não tiveram grandes opções produtivas, pelo contrário caminharam no sentido de obter um papel complementar ao da economia polo, com poucas chances de multiplicação dos seus compartimentos produtivos. Dito de outra forma, elas passaram a depender do aproveitamento ou não das oportunidades recebidas da economia paulista.

De maneira que o resultado de tal processo redundou em maiores exigências no sentido de que fossem colocadas em execução políticas públicas capazes de minorar o excesso dessa concentração e logicamente diminuir as desigualdades entre São Paulo e as regiões menos dinâmicas. Assim, por meio do aparato institucional e com base em planos e incentivos ao desenvolvimento regional, a partir dos anos 60 regiões consideradas como de periferia conseguiram integrar-se ao processo produtivo.

O fato é que a economia brasileira como um todo sempre foi afetada por políticas e modelos econômicos vigentes em diferentes épocas. Os impactos dessas políticas econômicas se encarregaram de trazer novas alterações, gerando crescimento dos setores da economia e mudanças nas variáveis econômicas. Mudanças estruturais que aconteceram nas relações de trabalho e na própria configuração da economia, em especial no âmbito regional. Essas mudanças contaram com o apoio de recursos federais das mais diversas ordens que sendo utilizados corroboraram para que houvesse uma diminuição das

desigualdades regionais e uma melhoria nas bases produtivas das regiões mais pobres. O que por sua vez, possibilitou um aumento da participação dessas regiões (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) na composição do PIB nacional.

Porém, por conta da crise do Estado e mediante a inflexão das políticas regionais, enfrenta-se o esvaziamento paulatino dos recursos que até então davam ao governo a capacidade de financiar o desenvolvimento regional e continuar como ator principal nesse processo. Dito de outra forma arrefeceu-se o poder central de programar e impulsionar políticas de desenvolvimento, visto que a visão de exaltação às leis de mercado contribuiu para que o Estado perdesse gradativamente o comando do planejamento e da coordenação das políticas necessárias ao desenvolvimento regional, em especial no caso do Nordeste.

Assim, como fruto desse momento de crise e da pressão exercida por certas representações inquietas com a falta de políticas direcionadas a promoção do desenvolvimento regionalizado, ainda no final da década de 80 surgiram os Fundos Constitucionais de Financiamento. Estes foram criados com objetivo de promover o aumento da produtividade, criar empregos, elevar as receitas e tornar mais equitativa a distribuição de renda. Isso incorporando recursos que teriam a sua aplicação voltada para o financiamento de setores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O presente trabalho está dividido em quatro sessões, contando com esse introito. Na segunda serão apresentados os fundamentos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, com seus objetivos, diretrizes, recursos e administração. Na sessão terceira será discutido o papel do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e seus desdobramentos sobre a economia do estado da Bahia. Na última sessão serão destacadas as considerações finais.

2. Os Fundos Constitucionais de Financiamento: objetivos, diretrizes, recursos e administração

Os Fundos Constitucionais foram criados com o objetivo de cooperar com o desenvolvimento socioeconômico das regiões mais atrasadas, a exemplo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os mesmos têm seus recursos ofertados via instituições financeiras federais, mediante a execução de programas diretamente atrelados ao desenvolvimento produtivo das regiões e em conformidade com os planos de desenvolvimento regional.

Os fundos foram constituídos, dentre outras coisas, como resultado da pressão exercida pelos agricultores rurais de menor capacidade financeira e por certas representações regionais inquietas diante da ausência de um plano nacional que viabilizasse o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas. Nessa direção, Barbosa (2005) reitera que a elaboração dos mesmos viria a contribuir de forma direta para o fortalecimento das atividades produtivas nessas regiões, que são carentes de aporte de crédito, e por suas dificuldades viram-se alijadas do processo de captação de recursos. Processo esse que segundo a teoria monetária pós-keynesiana, é de suma importância para o desenvolvimento de regiões periféricas.

Ressaltamos que dentre as três regiões citadas, o Centro-Oeste foi a que mais captou recursos, sobretudo, crédito agrícola, mas tal captação foi feita por agricultores de grande porte que se integram ao *agribusiness* e não por agricultores de menor porte. Estes foram excluídos do processo, e essa exclusão veio a justificar a inserção da região como beneficiária dos Fundos Constitucionais, justamente para minorar as dificuldades enfrentadas pelos agentes de menor porte (QUIANTE, 2010). Criados através da Constituição Federal de 1988 (artigos 159 e 161), e instituídos ou regulamentados em 27 de setembro de 1989, são três os Fundos Constitucionais de Financiamento: O da região Norte (FNO), recebendo 0,6 % dos recursos e com administração do banco da Amazônia, o da região Nordeste (FNE), recebendo 1,8% dos recursos e com administração do Banco do Nordeste e o Fundo de Financiamento da região Centro-Oeste (FCO), recebendo 0,6% dos recursos e tendo como administrador o Banco do Brasil (CARDOZO, 2010).

Os recursos gerenciados por essas instituições não sofrem contenção, estando a salvo das restrições de controle monetário próprias da conjuntura econômica. Embora administrado por esses gestores não fazem parte de seus haveres, sendo exigido um balancete à parte, de modo que as instituições responsáveis recebem única e exclusivamente por efetuarem a gestão dos mesmos. Conjuntamente o capital dos Fundos tem como prioridade atender micro e pequenas empresas, além de produtores rurais. Essa priorização tem como objetivo promover a integração desses agentes e diminuir as desigualdades regionais (QUIANTE, 2010).

Ressaltamos que todos Fundos têm por finalidade específica financiar atividades de cunho produtivo, sobretudo, no semiárido. De modo que metade dos recursos deve ter essa destinação de acordo com o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal. Tudo

deve ocorrer em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, que por sua vez, devem seguir diretrizes ao formular os devidos programas de financiamento.

Matos e Macêdo (2008, p.5) reiteram que a origem dos recursos dos três Fundos está em cerca de 3% do Imposto de renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sendo transferidos pela Secretaria do Tesouro nacional (STN), embora, existam outras fontes de recursos tais como: o reembolso de créditos, a remuneração de aplicações financeiras e o retorno ao fundo dos valores relativos aos riscos assumidos pelos bancos. Reiteram ainda que os agentes administradores podem repassar recursos a outras instituições bancárias, desde que tenham funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Ainda de acordo com estes autores, com a legislação que está em vigor a responsabilidade no tocante às diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos, cabe ao Ministério da Integração Nacional (MI). Cabe a este também a orientação para que os agentes administradores façam o correto direcionamento desses recursos. Em termos operacionais o MI, juntamente com os bancos administradores, com representantes dos governos estaduais, empresários e trabalhadores de cada região, participam anualmente de uma reunião para discutir as diretrizes e prioridades para direcionamento dos recursos. Após esse processo os bancos apresentam propostas ao Ministério e as mesmas são aprovadas pelos respectivos Conselhos Deliberativos da SUDAM e SUDENE, ficando também a cargo do Ministério da Integração Nacional a responsabilidade pelo controle, auditoria, supervisão e avaliação de desempenho dos três Fundos (MATOS e MACÊDO, 2008).

3. A atuação do FNE no estado da Bahia

Desde quando foi criado, o FNE experimentou um importante crescimento dos recursos que lhe são repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Esse crescimento desencadeou um considerável aumento das operações e valores contratados junto ao BNB, gestor dos recursos do Fundo. Além disso, entre 1989 e 1994 e depois entre 1995 e 2002, anos de estabilização monetária, houve ociosidade na aplicação desses recursos.

É verdade que no período pós-real, sobretudo, entre 1996 e 1999, apesar da ociosidade de recursos houve um crescimento anual sustentado que em 1999 superou os

valores correspondentes ao ano de 1995. No entanto, é a partir de 2003 que há um crescimento mais significativo dos valores contratados pelo Fundo, crescimento que pode ser entendido como resultado da conjuntura econômica pautada na melhoria da economia brasileira. Por outro lado, pode ser entendido também como consequência da existência de recursos ociosos que não sendo aplicados nos anos anteriores, passaram a ser aplicados de forma mais intensa a partir do ano em questão diante da conjuntura favorável à formação de expectativas mais otimistas para as inversões.

Entre 1989 e 2010 foram realizadas mais de 3,5 milhões de operações com os recursos do FNE por meio da atuação do Banco do Nordeste. O Estado da Bahia respondeu por uma média de 19% dessas operações e 25,5% dos valores contratados em função das mesmas (Tabela 1). Dessa forma, os valores médios dos financiamentos efetuados na Bahia, são maiores que a média dos valores nos demais estados abrangidos pelo Fundo.

Ainda em observação a Tabela 1, é possível identificar que entre 1989 e 1994, período anterior à criação do Plano real, há um maior custo unitário médio das contratações. Isso é fato, pois o número de operações para todo o FNE, cerca de 209 mil, é bem menor que nos períodos posteriores, isso não só para o conjunto do FNE, mas também para o estado da Bahia, que no período acumulou 33.662 operações, correspondendo a 16,1%.

Por outro lado, os valores contratados na Bahia revelam que ao longo do tempo a participação estadual nos financiamentos cresceu de forma significativa saltando de 23,7% no período em questão para 24,3% entre 1995 e 2000, e chegando a 29,2% entre 2001 e 2005. E embora, haja uma queda entre 2006 e 2010, o valor ainda situa-se acima dos 25%, assim também a média calculada em função de todos os períodos. O custo maior e o menor número de contratações no período pré-real pode ser resposta a menor dissipação dos recursos na fase inicial de operação do FNE. Isso teria dificultado a sua aproximação com um maior número de tomadores de crédito, com destaque para os de menor porte, o que em tese teria elevado o valor unitário médio das contratações para esses anos.

Tabela 1 - FNE*: Participação do estado da Bahia nas operações e contratações e valor unitário médio das contratações 1989 – 2010

Período	Participação da Bahia no total do FNE (%)		Custo unitário médio das contratações (R\$)		
	Operações	Valores contratados	Bahia	FNE	FNE-BA
1989/1994	16,1	23,7	43.975	29.831	27.116
1995/2000	23,3	24,3	13.162	12.653	12.498

2001/2005	19,2	29,2	19.410	12.797	11.223
2006/2010	17,5	25,1	25.339	17.677	20.227
Média	19,0	25,5	25.471	18.239	17.766

Fonte: SIG/MI Fonte: SIG/MI www.integracao.gov.br

*Inclui partes de Minas Gerais e Espírito Santo inseridas na área de abrangência do FNE. Valores atualizados pelo BTN e pela TR, a preços de dezembro de 2010.

Já no período pós-real vê-se uma elevação no conjunto das contratações, sobretudo nas realizadas pelos tomadores de menor porte. Conforme a Tabela 2, estes responderam entre 2000 e 2012 por 99% das operações efetuadas na Bahia, é bom ressaltar que, embora o período seja mais recente, desde 1998 a partir de onde se tem informações disponibilizadas, o nível de participação destes tomadores sofreu oscilações insignificantes.

Porém, o que nos chama atenção é que mesmo representando 99% das contratações, isso em função do PRONAF, os tomadores acima citados respondem apenas por 24,5% dos valores alvos de contratação nos limites estaduais. E na relação BA/FNE, apenas 18,7 % das operações, porém 22,1% dos valores contratados. Em contrapartida, os tomadores de porte grande e médio, mesmo sendo responsáveis por uma pequena parcela das operações, respectivamente 0,7 e 0,5%, são os que mais concentraram valores contratados.

Tabela 2 - FNE*: Bahia e demais estados - nº de operações realizadas e distribuição dos valores contratados por porte de tomadores - 2000-2012

Porte	Distribuição das operações realizadas (%)			Distribuição dos valores contratados (R\$)		
	BA/FNE	Bahia	FNE	BA/FNE	Bahia	FNE
Mini, Micro, Pequeno	18,7	98,8	99,2	22,1	24,5	28,1
Médio	21,9	0,7	0,6	21,2	12,5	15,1
Grande	37,5	0,5	0,2	28,2	63,0	56,8
Total		100	100		100	100

Fonte: SIG/MI www.integracao.gov.br/

*Inclui partes de Minas Gerais e Espírito Santo inseridas na área de abrangência do FNE.

Valores atualizados pelo BTN e pela TR, a preços de dezembro de 2010.

Em suma, a Bahia segue a tendência do FNE, mas com maior intensidade, enquanto no FNE ambos os grupos representam 71,9% dos valores, no caso da Bahia essa

representação é maior, chegando a 75,5%. Em separado, os tomadores de grande porte se destacam predominantemente, na Bahia com 63% e no conjunto do FNE com 56,8%.

Por um lado, isso pode ser explicado como resultado da concentração de financiamentos em projetos de maior viabilidade econômica. Tais projetos seriam apresentados por tomadores que possuem condições mais favoráveis de crescimento, acumulação e modernização, garantindo com mais precisão o cumprimento das exigências e garantias solicitadas quando feita a realização do empréstimo. Assim, os menores tomadores estariam sendo alijados do processo.

A outra explicação para tal concentração de recursos, sobretudo, entre 2000-2012 pode estar no fato de que a partir de 2004 surgiu a possibilidade de contratação para projetos direcionados a área de infraestrutura através do PROINFA (Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste). Esses projetos mesmo respondendo por uma ínfima quantidade de operações têm a capacidade de aumentar essa concentração, já que demandam maiores volumes de recursos. Além disso, os mesmos são projetos estruturantes que executados tendem a facilitar o desenvolvimento de outras atividades e o acesso ao chamado capital social básico, em especial, quando realizados em áreas carentes.

O fato é que mesmo diante das possíveis explicações, o que se percebe é que o FNE vem atuando pelo lado da demanda em seu conjunto e também no caso da Bahia. Isso fica claro quando se avulta a possibilidade de uma atuação em função de melhores condições do tomador quer sejam financeiras ou estruturais. Há nesse sentido uma reprodução da lógica estabelecida pelo mercado, onde quem tem mais, ganha mais.

Quanto à alocação setorial dos recursos do FNE na Bahia, das mais de 666 mil operações realizadas entre 2000-2012 observa-se que, segundo a Tabela 3, 96,7% se direcionaram ao setor rural e com uma representação de 45,5% do total contratado. Os demais setores em conjunto representaram apenas 3,3%. Embora, seja o maior percentual, há visivelmente uma distância entre operações e valores contratados, isso por conta das menores condições de tomada de crédito por parte dos tomadores que em regra são os de menor porte. Na verdade, os números revelam um descompasso entre operações e valores contratados dentro do setor, o que pode ser entendido como uma falha de atuação, já que o Fundo não está provendo mais recursos para grupos menos favorecidos, conforme seu objetivo. Se bem que para desmistificar essa questão é preciso lembrar que as atividades financiadas no setor, tais como: implantação, ampliação, modernização e reforma de

empreendimentos rurais por si mesmas acabam requerendo valores menores de financiamento.

Tabela 3 – Bahia: Número de operações realizadas e valores contratados por programa do FNE : 2000-2012

Programas	Operações			Valores contratados		
	Bahia/FNE	Bahia	FNE	Bahia/FNE	Bahia	FNE
Rural	18,4	96,7	96,4	29,3	45,5	38,3
Agroindustrial	1,7	0,04	0,05	8,0	0,9	2,6
Industrial	12,7	0,4	0,5	17,7	16,1	22,3
Turismo	1,9	0,05	0,05	28,8	3,3	2,8
Infraestrutura	7,5	0,01	0,01	34,1	20,0	14,4
Serviços	17,5	2,8	2,9	17,9	14,2	19,5
Total		100	100		100	100

Fonte: SIG/MI www.integracao.gov.br.

Seguindo o setor rural temos o setor de infraestrutura à frente do setor industrial com 20% dos recursos, mesmo com uma representação de apenas 0,01% das operações na Bahia. Como explicado, são operações que beneficiam projetos que de fato demandam maiores volumes de recursos. O interessante a ser frisado é que na relação BA/FNE, a Bahia responde por 34,1% do total contratado pelo FNE no setor de infraestrutura, mais do que os 29,3% do setor rural, reforçando a ideia de financiamento de grandes projetos e consequente financiamento dos grandes tomadores de crédito. Nesse sentido, mais adiante trataremos da alocação espacial dos recursos e as tabelas irão indicar que de fato há uma maior concentração desses investimentos em áreas mais estruturadas.

Ainda com referência a Tabela 3, quanto ao setor industrial, o mesmo foi responsável por 16,1 % dos valores contratados na Bahia, a despeito de todas as mudanças que ocorreram na economia baiana, fazendo com que este setor chegasse a representar em 2010, 30% do seu PIB. Entretanto, pelos valores contratados há um indicativo de que o setor cresce no estado, mas não se pode atribuir esse crescimento de forma intensa aos recursos que lhes são destinados por meio do FNE. Quanto ao setor de serviços representando 14,2% dos valores contratados na Bahia, ocupando a 4ª posição entre os setores mais incentivados e é seguido pelos setores de turismo e agroindústria, respectivamente 3,3% e 0,9.

Na Bahia, ocorre o mesmo fenômeno com o qual se depara o FNE em seu conjunto, ou seja, enquanto os recursos se concentram no setor rural a composição do PIB estadual mostra evolução do setor industrial e terciário. O setor primário que em 1960 correspondia a 39,7 % do PIB estadual sofreu inflexão cedendo espaço a indústria e aos serviços, que juntos em 2010 já representavam mais de 92% do PIB baiano contra 7,2% de representação do setor rural, este tem no período uma perda de 32,5%.

A forte atuação do setor primário nos anos 60, próxima dos 40% do PIB, justifica-se pelo fato de que até esse período a economia baiana era caracterizada pela produção de base agrícola. Vários produtos, a exemplo do cacau, sisal, fumo, e outros produtos voltados ao mercado externo montavam essa base, mas, nos anos 70, como já mencionado, as bases produtivas do estado passam por uma diversificação ao ver despontar o setor industrial, sobretudo, as indústrias voltadas para o setor de transformação (ALCOFORADO, 2003).

Mesmo diante dos números modestos dos setores tradicionais que a compõem, a indústria de transformação se tornou a maior indutora da expansão industrial na Bahia. Tanto que já nos anos mais recentes, ou seja, na década de 2000, a mesma continuou a evoluir positivamente, e no ano de 2003, por exemplo, obteve um crescimento de 11,9%. Além disso, houve um grande impulso, com o qual contribuiu diretamente o parque automotivo em Camaçari, que em menos de três anos de funcionamento já havia atingido o volume de produção que era previsto para o final de 2005 (<http://www.sei.ba.gov.br/>). Portanto, o que se vê na Bahia é que entre os anos de 1970 e 2000, o setor terciário se consagra como o de maior participação na composição do PIB e, portanto, da riqueza estadual, mas a indústria passou a ter considerável relevância.

Nesse sentido, é preciso destacar a participação da indústria de transformação no Valor da Transformação Industrial (VTI) do estado, quando em 2010 representou 4,2% do VTI do país, sendo a maior participação entre os estados do Nordeste. Além disso, em todos os anos e para os setores selecionados conforme mostram os dados a seguir, o segmento da transformação obteve um percentual acima de 90% de participação na estrutura produtiva industrial do estado.

Como é possível observar na Tabela 4, os segmentos de coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e produção de álcool e de produtos químicos, perde posição relativa ao longo do período analisado, mas, continuam sendo responsáveis por mais de 40,5% do

VTI, conforme dados de 2010. Além disso, outros setores tiveram expansão que indica a existência de um processo de diversificação dentro da base industrial.

Já no setor de bens duráveis e de capital, como resultado dos investimentos realizados no Estado e aqui já mencionados, se destaca o setor de montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias. No entanto, o que queremos deixar claro é a importância do setor industrial para a economia baiana, sobretudo, da indústria de transformação, que no caso da Bahia, a despeito das perdas relativas em determinados setores, está claramente especializada na produção de bens de consumo intermediários.

Dessa forma, o que se verifica na Bahia e Nordeste é uma atuação do FNE financiando com maior aporte o setor rural. Tal direcionamento não se constitui em um problema, mas é preciso ressaltar que o setor industrial tem recebido investimentos que ainda ficam a margem do necessário, já que o mesmo responde por quase 1/3 do PIB baiano, recebendo menos que este mesmo terço em relação aos recursos do Fundo, se bem que no caso deste é possível o financiamento a partir de outras fontes, a exemplo do BNDES, ainda sim é possível evidenciar a necessidade de uma melhor redistribuição dos recursos em termos setoriais.

Outro fator a ser considerado, diz respeito à distribuição espacial dos recursos dentro dos limites correspondentes à Bahia. Antes é necessário lembrar que um dos objetivos propostos pelo Fundo, consiste na diminuição das desigualdades regionais. Essa diminuição deve ocorrer à medida que os recursos oriundos do Fundo sejam direcionados para áreas de menor adensamento produtivo, nas quais o crédito guiado pela lógica privada não tem, muitas vezes, o interesse de atuar. Assim, o Fundo deveria ter, como um dos instrumentos de política regional coordenado pelo Estado, a capacidade de corrigir falhas de mercado e viabilizar o crédito com destino a essas regiões.

No entanto, ao contrário do proposto, o FNE como um todo e no caso específico da Bahia, tem se comportado como financiador das regiões economicamente menos atrasadas, para as quais tem direcionado a maior parte de seus recursos. Há um direcionamento de recursos para áreas mais desprovidas, porém, a atuação com base na demanda tem provocado um maior afluxo para áreas onde estão localizadas as melhores estruturas e bases produtivas.

O fato é que, assim como por meio do FNE a desigualdade regional do Nordeste em relação às regiões tidas como mais dinâmicas está sendo diminuída, e contraditoriamente pela concentração de recursos nas metrópoles regionais as desigualdades intra-regionais

podem estar sendo aumentadas, na Bahia não tem sido diferente. Em função da concentração de recursos, sobretudo, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), outras regiões têm recebido menos recursos do que o necessário para desenvolver suas cadeias produtivas.

Tabela 4 – Bahia: Percentual de participação do VTI industrial no Total do VTI da Bahia – Anos e setores selecionados – (%)

Setores	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010
Indústrias extrativas	5,9	6,4	6,3	8,5	6,3	7,1	8,3
Indústrias Transformação	94,1	93,6	93,7	91,5	93,7	92,9	91,7
GI - bens de consumo não durável	20,2	15,1	16,6	17,9	10,0	12,8	16,0
Alimentos e bebidas	14,0	9,8	10,4	11,9	6,6	7,7	9,0
Fumo	0,4	0,2	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2
Têxtil	1,4	1,6	2,1	1,7	0,1	0,8	1,0
Vestuário e confecções	0,9	0,6	0,6	0,7	0,8	0,8	1,5
Couro, artigos de viagens e calçados	0,5	1,5	1,8	2,1	1,1	2,7	3,3
Edição/impressão e reprod. de gravações.	2,6	0,8	0,7	0,6	0,6	0,1	0,3
Fabricação de móveis	0,4	0,6	0,8	0,7	0,6	0,4	0,7
GII – Bens de consumo intermediário	68,3	71,7	69,1	63,9	70,2	67,1	62,1
Produtos de madeira	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2
Celulose, papel e produtos de papel	5,6	7,3	6,7	4,5	3,3	5,5	6,7
Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e prod. de álcool	10,7	31,3	25,4	25,3	37,6	33,6	25,8
Produtos químicos	37	22,5	25,7	23,1	20,0	17,3	14,9
Artigos de Borracha e plástico	3,1	1,3	1,7	2,2	2,7	2,9	4,0
Minerais não metálicos	2,5	1,6	1,4	1,0	1,1	1,2	2,3
Metalurgia	7,3	6,5	7,0	5,7	4,0	4,9	6,8
Produtos de metal	1,8	1,0	1,0	1,8	1,3	1,5	1,4
Reciclagem	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
GIII- Bens de Consumo durável e capital	5,6	6,8	7,8	9,7	13,5	13,0	13,6
Máquinas e equipamentos	2,0	1,1	1,5	1,2	1,8	0,4	0,5
Equipamentos de informática	1,7	4,3	0,8	1,0	2,3	2,2	2,2
Máquinas, aparelhos e material elétrico.	1,7	1,1	1,0	1,2	1,3	0,6	0,7
Eletrônico/aparelhos/equipamento comunicação	-	0,2	0,2	0,2	0,5	0,4	0,3
Médico hospitalares	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1

Mont. veículos, reboques e carrocerias	0,0	0,0	4,1	5,6	6,6	9,3	9,7
Equipamentos de transporte	0,1	0,0	0,0	0,3	1,0	0,0	0,1
Total Indústria	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/PIA e Boletim Regional do BCB, 2012 com adaptações.

Em análise feita para o período que compreende os anos 2000 a 2005, segundo Matos e Macêdo (2007), alguns municípios, em especial na RMS, se destacaram como tomadores de recursos do FNE, a exemplo de Camaçari, que segundo a análise desses autores, já no ano de 2001, era responsável por 35% dos valores contratados pelo Fundo. Esse percentual de contratação ultrapassa mais de 70% do contratado no ano em questão, sendo que boa parte dos recursos foram destinados aos investimentos no setor automobilístico. Este volume de aplicações pode ser entendido como um elo de reforço à concentração espacial em torno de empreendimentos e cidades de grande ou médio porte.

Nesse sentido, há uma facilitação do acesso ao crédito, até mesmo por conta de uma maior cultura empresarial na localidade. No entanto, quando há uma forte concentração de recursos, há como consequência um aumento das desigualdades dentro dos limites estaduais, visto que barreiras de infraestrutura, dentre outros fatores, corroboram para exclusão das áreas de menor porte e dinamismo. Assim, retomariamos a questão de que o FNE tem a alocação de seus recursos prejudicada quando não consegue atuar sob a ótica da oferta.

Nessa direção e para fundamentar o que está sendo dito, dividimos a análise em dois períodos 2000/2005 e 2006/2010. O nosso objetivo é mostrar que ao longo dos 11 anos para os quais os dados foram analisados, poucas mudanças ocorreram em termos de distribuição espacial. Assim, na Tabela 5 mostramos com propriedade o ranking dos municípios baianos que mais receberam recursos do FNE entre 2000 e 2005. Na lista destacamos 15 municípios, onde os 10 primeiros e maiores tomadores respondem por quase 60% dos valores contratados.

Tabela 5 - Bahia: 15 maiores municípios tomadores de recursos do FNE 2000-2005

Municípios	Valores contratados	
	R\$ mil	%
1. Camaçari	338.171	12,1
2. São Desidério	284.080	10,1
3. Cairu	245.221	8,7
4. Mucuri	198.560	7,0

5. Salvador	187.973	6,6
6. Barreiras	123.893	4,4
7. Simões Filho	111.760	3,9
8. Alagoinhas	70.208	2,5
9. Riachão das Neves	66.113	2,3
10. Adustina	50.267	1,8
11. Correntina	49.428	1,7
12. Itacaré	36.647	1,3
13. Vitória da Conquista	35.377	1,2
14. Jandaíra	33.105	1,1
15. Formosa do Rio Preto	23.148	0,8
Sub-Total	1.853.951	65,7
Demais municípios	968.803	34,3
Total	2.822.754	100

Fonte: Ministério da Integração Nacional. Elaboração própria.

Através da Tabela 5 verifica-se também que municípios da Região Metropolitana de Salvador figuram entre os mais beneficiados, desfrutando das vantagens de aglomeração e os demais, a exemplo de São Desidério, Barreiras e Riachão das Neves, bem como Correntina e Formosa do Rio Preto, localizam-se na extensão da chamada fronteira agrícola.

Já entre os anos de 2006-2010, é possível verificar através da Tabela 6 que o quadro referente aos maiores tomadores passou por poucas mudanças, que aumentou a concentração nos 15 municípios constantes na nova Tabela e que municípios da RMS continuam concentrando a maior parte dos recursos. Temos a capital do Estado como maior receptora dos recursos do FNE, seguida na RMS dos municípios de Camaçari e Candeias, este último substituindo o município de Simões Filho, que ocupa no período a 16ª posição.

Tabela 6 - Bahia: 15 maiores municípios tomadores de recursos do FNE 2006-2010

Municípios	Valores contratados	
	R\$ mil	%
1) Salvador	1.699.145	18,6
2) São Desiderio	749.990	8,2
3) Camaçari	735.124	8,0
4) Candeias	511.690	5,6
5) Feira de Santana	455.959	5,0

6) Barreiras	426.317	4,7
7) Jacobina	296.093	3,2
8) Correntina	295.800	3,2
9) Formosa do Rio Preto	291.515	3,2
10) Riachão das Neves	168.501	1,8
11) Teixeira de Freitas	156.458	1,7
12) Luís Eduardo Magalhães	151.058	1,6
13) Jaborandi	134.148	1,5
14) Ibicoara	126.211	1,4
15) Juazeiro	115.345	1,3
Sub-Total	6.313.354	69,0
Demais municípios	2.822.129	31,0
Total	9.135.483	100

Fonte: Ministério da Integração Nacional. Elaboração própria

Fato a considerar é que esta substituição ocorre e o município de Candeias que antes não figurava entre os mais beneficiados passa a ocupar a 4ª posição. Candeias tem boa parte de sua economia baseada em um consolidado parque industrial e mantém em seu território um dos mais importantes portos do Brasil, o Porto de Aratu, por extensão o Centro Industrial de Aratu, além de que, está próxima a segunda maior refinaria do país, a Refinaria Landulpho Alves - Mataripe (RLAM), localizada no município de São Francisco do Conde (Fonte: <http://www.encontracandeias.com.br/candeias/>).

Na verdade, é perceptível que as mudanças entre os principais tomadores de recursos, acabaram de certa forma reforçando a concentração desses recursos em cidades de estruturas econômicas mais diversificadas. Entretanto, faremos logo a seguir uma análise baseada nas 32 microrregiões que formam a Bahia, tendo como finalidade ter uma melhor compreensão do quadro de desigualdade econômica intra-regional a partir de um recorte territorial.

Nesse sentido, a Tabela 7 apresenta indicadores do PIB total e per capita para as microrregiões. Cinco se destacam: Salvador (47%), Feira de Santana (6,5%), Ilhéus-Itabuna (5,5%), Porto Seguro (5,0%) e Barreiras (3,7%) respondendo juntas por 68% do PIB total em termos estaduais segundo dados de 2010.

Ainda de acordo com a Tabela 7, dentre as microrregiões acima elencadas, Salvador, Barreiras, Paulo Afonso, Catu, Porto Seguro e Feira de Santana possuem renda

per capita significativamente maior que as demais. De maneira que, partindo da premissa de que as microrregiões de renda per capita maior deveriam ter um saldo de empréstimos do FNE inferior em relação àquelas que possuem renda per capita menor, logo percebemos que há uma incoerência quando apenas duas microrregiões, Salvador e Barreiras concentram juntas mais de 50% dos recursos aplicados no Estado no período analisado. Sendo necessário ressaltar que no caso de Salvador, os recursos estão 15% abaixo de sua participação no PIB estadual em termos proporcionais.

Mesmo assim, as demais regiões, sobretudo, as de menor renda possuem claramente um saldo inferior ao que seria necessário para promover o desenvolvimento e melhoria de suas cadeias produtivas. O que se percebe é um maior financiamento de regiões com fortes demandas empresariais. As microrregiões de Salvador e Barreiras se destacam nesse processo, mas são seguidas de outras microrregiões onde existem municípios fortes em termos econômicos e produtivos. Citamos como exemplo o município de Teixeira de Freitas na microrregião de Porto Seguro, Feira de Santana na região que leva o seu nome e de Itabuna na microrregião Ilhéus-Itabuna. É preciso lembrar também que estas cidades, a exemplo de outras, são consideradas de porte médio, tendo uma população acima de 100 mil habitantes, o que certamente corrobora para que nelas exista um maior dinamismo econômico.

Assim, destacamos que das 32 microrregiões que compõem o estado da Bahia, 21 delas estão ligadas aos municípios que fazem parte do semiárido, que é composto por mais de 260 municípios, correspondendo a pouco mais de 60% de um total de 417. O agente administrador do FNE, ou seja, o BNB possui 54 agências no Estado da Bahia e mais da metade dessas agências se localizam no semiárido, porém pelo que mostra a Tabela 8 mesmo diante dessa distribuição existe uma dificuldade em termos de dissipação de recursos.

Tabela 7 - Bahia: Indicadores do PIB, população e FNE segundo microrregiões 2000/2010

Microrregiões	2010 (PIB)	(%)	2010 (Pop)	(%)	PIB Per capita	FNE (em mil)	(%)	FNE per capita
Alagoinhas	1.138.557	1,6	308.410	2,2	3.691	184.345	1,5	570
Barra	326.513	0,5	171.646	1,2	1.902	28.830	0,2	167
Barreiras	2.545.566	3,7	286.118	2,0	8.896	2.310.902	19,3	8.076
Bom Jesus da Lapa	414.275	0,6	171.236	1,2	2.419	86.151	0,8	503
Boquira	325.414	0,5	187.398	1,3	1.736	29.141	0,2	155
Brumado	584.041	0,8	235.970	1,7	2.475	54.051	0,4	229
Catu	1.044.378	1,5	212.070	1,5	4.924	38.493	0,3	181
Cotegipe	221.847	0,3	114.824	0,8	1.932	86.918	0,8	756
Entre rios	396.695	0,6	115.524	0,8	3.433	64.516	0,5	558
Euclides da Cunha	573.263	0,8	298.180	2,1	1.922	125.332	1,0	420
Feira de Santana	4.474.841	6,5	990.038	7,1	4.519	559.039	4,7	564
Guanambi	897.448	1,3	371.379	2,6	2.416	116.162	1,0	312
Ilhéus/Itabuna	3.804.492	5,5	1.020.642	7,3	3.727	791.454	6,6	775
Irecê	797.214	1,2	373.298	2,6	2.135	135.075	1,1	361
Itaberaba	538.546	0,7	249.359	1,8	2.159	142.081	1,2	569
Itapetinga	669.077	1,0	197.868	1,4	3.381	187.214	1,6	946
Jacobina	767.466	1,1	326.824	2,3	2.348	370.774	3,1	1.134
Jequié	1.547.914	2,2	507.347	3,6	3.050	189.966	1,6	374
Jeremoabo	206.049	0,3	99.393	0,7	2.073	80.469	0,7	809
Juazeiro	1.531.564	2,2	454.405	3,2	3.370	225.189	1,9	495
Livr. de Brumado	266.313	0,4	97.826	0,7	2.722	29.531	0,2	301
Paulo Afonso	1.047.717	1,5	167.118	1,2	6.269	70.389	0,6	421
Porto Seguro	3.315.742	5,0	727.913	5,2	4.555	786.793	6,6	1.080
Ribeira do Pombal	623.126	0,9	309.450	2,2	2.013	202.090	1,7	653
Salvador	32.947.900	47,3	3.458.571	24,8	9.526	3.811.107	31,8	1.101
Santa Maria da Vitória	686.258	1,0	178.311	1,3	3.848	204.505	1,7	1.146
Santo Antonio de Jesus	1.560.490	2,3	539.858	3,8	2.890	80.264	0,7	148
Seabra	700.501	1,0	254.192	1,8	2.755	252.685	2,1	994
Senhor do Bomfim	794.220	1,2	286.781	2,0	2.769	73.938	0,6	257
Serrinha	919.328	1,3	414.965	3,0	2.215	68.035	0,6	163
Valença	1.016.319	1,5	263.185	1,9	3.861	317.862	2,6	1.207
Vitória da Conquista	2.183.478	3,2	626.807	4,5	3.483	254.936	2,1	406
Total	68.866.552	100	14.016.906	100	4.913	11.958.237	100	853

Fonte: IPEA para PIB e população, BNB para FNE 2000-2010. Elaboração própria.

Uma agência no semiárido baiano responde em média por nove municípios, indicador elevado e que pode ser uma das causas enfraquecedoras do desempenho do FNE na região. Nesse sentido é possível verificar que apenas 26% dos recursos aplicados na Bahia foram direcionados aos municípios ou microrregiões do semiárido. Na verdade, temos uma contradição, já que a maior parte dos recursos deveria ser direcionada a região semiárida e isto como se vê não está ocorrendo.

Tabela 8 – Bahia: Valores acumulados por região: 2000-2010

Região	Valores	%
Semiárido	3.091.112	25,8
Fora da Semiárido	8.867.125	74,2
Total	11.958.237	100,0

Fonte Ministério da Integração Nacional. Elaboração própria.

Outra forma de fazer essa análise seria utilizando a classificação proposta pela PNDR a fim de alcançar microrregiões consideradas como mais carentes e, portanto prioritárias para aplicação de recursos. Tal classificação ocorreu em função de um mapeamento feito a nível nacional através do cruzamento de duas variáveis: rendimento domiciliar médio e crescimento do PIB per capita. Assim, a partir do seu grau de desenvolvimento e dinamismo as microrregiões definidas pelo IBGE passaram a ser conhecidas pela PNDR como sendo de alta renda, renda dinâmica, estagnada ou baixa renda (Fonte: www.integracao.gov.br).

Prioritariamente, as três últimas, mas, em especial as microrregiões de baixa renda, que como se sabe possuem baixo rendimento domiciliar e baixo dinamismo, bem como situações de extrema pobreza e debilidade de suas bases econômicas, deveriam receber a maior parte dos recursos. Nesse sentido e para mostrar a distribuição de operações e valores contratados de acordo com a tipologia da PNDR, temos a Tabela 9 indicando os valores médios, em termos percentuais, para operações e valores contratados entre 2000 e 2010.

Ao observar a Tabela é perceptível que a maior parte das operações foi efetuada nas microrregiões classificadas como de renda estagnada. São aquelas com rendimento domiciliar médio, mas com baixo crescimento econômico, nelas a média de operações para o período foi de 56,1% e de 31,8% dos valores contratados. As microrregiões consideradas de renda dinâmica por possuírem rendimentos médios e baixos, mas com dinâmica

econômica significativa, responderam por 24,6% das operações e 27,1 % dos valores contratados.

Tabela 9 – Bahia: Operações (op) e contratações (valor) por Tipologia da PNDR

ANOS	TIPOLOGIA							
	Alta Renda		Baixa Renda		Dinâmica		Estagnada	
	OP	Valor	OP	Valor	OP	Valor	OP	Valor
2000	0,2	38,2	19,2	8,4	36,4	27,7	44,2	25,7
2001	0,6	83,0	22,9	3,7	28,2	6,0	48,3	7,3
2002	0,3	7,1	26,5	19,0	29,2	29,9	44,1	43,9
2003	1,0	38,0	19,8	5,4	34,2	30,5	45,0	26,1
2004	0,6	25,6	19,6	14,1	23,2	32,4	56,6	27,9
2005	0,6	12,9	11,4	3,8	22,8	27,2	65,1	56,1
2006	1,0	33,7	16,6	5,4	21,4	18,7	61,0	42,1
2007	1,6	41,0	17,1	4,0	18,9	28,8	62,3	26,2
2008	1,6	28,0	17,4	3,4	18,1	35,3	62,9	33,2
2009	1,0	33,4	15,4	3,8	18,5	31,4	65,1	31,3
2010	1,0	36,4	16,5	2,9	19,6	30,7	62,8	30,0
Média	0,9	34,3	18,4	6,7	24,6	27,1	56,1	31,8

Fonte: SIG/MI, obtido em www.integracao.gov.br.

Valores atualizados pelo BTN e pela TR, a preços de dezembro de 2010.

No entanto, dentro das microrregiões prioritárias as que menos contrataram recursos foram justamente as de baixa renda. Estas obtiveram um percentual de 18,4 % nas operações e apenas 6,7% dos valores. A contradição reside no fato de que mesmo obtendo o menor percentual médio de contratações no período, apenas 0,9%, as microrregiões de alta renda, ou seja, com alto rendimento domiciliar por habitante (independente do dinamismo observado) concentraram o maior percentual médio de recursos, 34,3%.

4. Conclusões

O objetivo deste trabalho foi analisar o papel do FNE no financiamento do desenvolvimento regional e na diminuição das desigualdades regionais tomando por base o caso do estado da Bahia. Para tanto, buscamos identificar a alocação setorial e espacial dos

investimentos e a contribuição do Fundo para desconcentração regional produtiva, averiguar se os investimentos estão sendo distribuídos de forma prioritária como estabelecido entre os objetivos do FNE e estimar a geração de empregos com base nos dados da RAIS verificando a evolução do emprego formal.

Na Bahia, primeiro conclui-se que os tomadores de menor porte, assim como no conjunto do FNE, são os maiores responsáveis pelas operações realizadas com recursos do Fundo, entretanto não o são quando se trata dos valores contratados. Pelo contrário, o destaque em termos de valores está para médios e grandes tomadores de crédito, esta é uma contradição que reforça a tendência de atuação pelo lado da demanda, sobretudo quando os grandes tomadores mesmo respondendo por um pequeno número de operações chegam a concentrar mais de 60% dos valores emprestados pelo Fundo.

Além disso, no caso da Bahia os tomadores de grande porte têm participação mais intensa nos valores dos contratos junto ao FNE, o que comprova que a forma através da qual o Fundo tem atuado pode estar levando a financiar projetos de maior retorno financeiro em detrimento de projetos de maior retorno social. Por outro lado, quando esses projetos são de infraestrutura e realizados em áreas mais carentes, torna-se inegável o fato de que podem contribuir para o desenvolvimento dessas áreas.

Em termos de alocação setorial conclui-se que os recursos do FNE também se movem em direção a setores e atividades de menor valor agregado, ou seja, há um forte apoio as atividades intensivas em recursos naturais. A maior parte dos recursos aplicados na Bahia foi direcionada ao setor rural, mas o setor de infraestrutura tem considerável participação, e isso se deve a atuação do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste. Porém, como exposto em nossa análise, o setor industrial é de fundamental importância para o desenvolvimento econômico de um país ou região, logo os recursos do FNE pela lógica deveriam ter um direcionamento mais significativo para este setor. No entanto, como isto não tem acontecido é possível concluir que a crescente ou estável participação da indústria no PIB baiano não tem estrita relação com as contratações do FNE. Ainda sim, é preciso destacar que dentro do setor industrial, a indústria de transformação tem relevante participação sendo a maior indutora da expansão setorial na Bahia, com especial destaque para produção de bens de consumo intermediário.

No tocante a alocação ou distribuição espacial, verifica-se que o FNE atua no território baiano financiando municípios e microrregiões mais bem estruturadas e com maior adensamento produtivo. O que pode ser fruto da atuação com base na demanda

provocando a migração de recursos para áreas onde estão localizadas as melhores estruturas e bases produtivas. Quando feita a análise tomando como base o recorte territorial das 33 microrregiões, é possível perceber que justamente as microrregiões mais desenvolvidas são as mais beneficiadas pelos recursos do Fundo.

Dessa forma, há regiões que mesmo recebendo recursos que em alguns casos ultrapassam as suas participações no PIB estadual, continuam carecendo destes para o desenvolvimento e melhoria de suas cadeias produtivas. Além disso, metade dos recursos se concentra em duas microrregiões fortemente desenvolvidas, contrariando o objetivo que visa a diminuição das desigualdades, neste caso intra-regionais.

Assim, temos como exemplo de maior financiamento em áreas estruturadas as microrregiões de Salvador e Barreiras, ambas recebendo boa parte dos recursos e com isso reforçando suas vantagens comparativas em relação às demais. Por outro lado, microrregiões mais pobres, embora favorecidas parecem continuar com dificuldades em atrair projetos de maior peso e característica estruturante, além de que, mesmo nessas microrregiões os municípios de maior peso também são os mais favorecidos pelo FNE. Tudo isso corrobora para dificultar o processo de desconcentração produtiva e de certa maneira reforça o processo de concentração em torno de Salvador, Barreiras e mais algumas microrregiões ou municípios.

Os projetos que se direcionam as regiões mais estruturadas de fato são importantes, mas teriam condições de acesso ao crédito por meio de outras linhas de financiamento que não o FNE. Na verdade, se assim ocorresse o resultado desse duplo processo de concentração e desconcentração seria mais profícuo e menos desarticulado, ou seja, a articulação das atividades apoiadas criaria novos mecanismos para que a dinâmica aproveitada por algumas áreas, de uma forma ou de outra, gerasse sinergias para as regiões menos dinâmicas.

Nesse sentido, quanto à aplicação dos recursos do FNE no semiárido baiano, foi possível concluir que mesmo a maioria dos municípios e microrregiões estando no semiárido, os valores que foram direcionados são bem menores que os contratados pelo conjunto do FNE. Temos então uma nova contradição, pois como dissemos 50% dos recursos (de forma rígida) deveriam ser aplicados nesta região. Ou seja, o BNB como gestor não tem conseguido cumprir o seu objetivo de distribuir os recursos de forma prioritária, nem no conjunto do FNE e nem no estado da Bahia. Aliás, mesmo diante da criação da PNDR e da classificação das microrregiões de forma tipológica, os recursos continuam não sendo



distribuídos de forma prioritária, pois as microrregiões de baixa renda são as que menos contratam recursos do FNE.

Referências

ALCOFORADO, Fernando A. G. **Os Condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. Universitat de Barcelona, 2003.

ARAÚJO, Marcelo. A.P. **O Papel do BNB/FNE na Economia Nordestina pós 1990**. UFRN, Departamento de Ciências Econômicas. Dissertação de Mestrado, 2010.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), **2003: Atividade industrial estimula o crescimento econômico do Estado**. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/>>. Acesso em 12/04/2014.

BARBOSA. H. F. **Análise do Direcionamento dos Recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento** - Um estudo do FCO, FNO, FNE. Universidade Federal de Uberlândia/MG, 2005.

BCB. Banco Central do Brasil. **Despesas e arrecadação**. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acesso em 12/04/2014.

BCB. Banco Central do Brasil. **Economia Baiana: estrutura produtiva e desempenho recente**. Boletim Regional, Julho, 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2012/07/br201207b2p.pdf>>. Acesso em 12/04/2014.

BNB. Banco do Nordeste do Brasil. **Balancos anuais**. Disponível em: <www.bnb.gov.br>. Acesso em 12/03/2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MI), **Boletim regional, N. 3, 2006**.

_____. Ministério da Integração Nacional (MI). **Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**. Disponível em: <www.mi.gov.br>.



CANDEIAS. **Sobre Candeias.** Disponível em: <http://www.encontracandeias.com.br/candeias/>. Acesso em 17/03/2014.

CARDOZO, Soraia. A. **Guerra Fiscal no Brasil e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990.** Unicamp, Instituto de Economia. Tese de Doutorado, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Regionais.** Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 07/04/2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Base de dados macroeconômicos do IPEADATA.** Disponível em: www.ipeadata.gov.br.

MACÊDO, Fernando. C. de; MATOS, Elmer. N. **O papel dos Fundos Constitucionais de Financiamento no Desenvolvimento Regional Brasileiro.** Ensaios FEE, V. 29, n. 2, 2008 p. 355 – 384.

MATOS, Elmer N.; MACÊDO, Fernando C. de. **Avaliação do FNE no Desenvolvimento regional baiano no período pós-real.** Bahia Análise & Dados, v. 16, 2007 p. 621-633.

QUIANTE, Wynghpal. **Fundos Constitucionais e Banco do Nordeste – Uma Análise das Liberações Considerando a Lógica de Operação do Sistema Bancário Nacional.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia/MG, 2010.